

APRESENTAÇÃO

O Brasil e Portugal distanciam-se irremediavelmente um do outro e só se unem na hora do rito bárbaro da reforma ortográfica.

ANTONIO CALLADO

Reúne-se aqui um pequeno número de textos oriundos de diferentes eventos de Extensão Universitária promovidos, nos últimos anos, pelo Subsetor de Literaturas Portuguesa e Luso-Africanas do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas do Instituto de Letras da UFGRS, ou de eventos de que o Subsetor participou.

O espírito da presente iniciativa corresponde ao sentido que esse Subsetor vem tentando imprimir a suas atividades acadêmicas. Com efeito, no Brasil e hoje, promover o conhecimento e a valorização da cultura e da literatura portuguesas (assim como o das culturas e literaturas luso-africanas, ou, ainda, o de assuntos relativos aos núcleos de língua portuguesa que, sem base nacional, espalham-se pelo mundo) tem uma razão específica e estranha a quaisquer posturas neocolonialistas: trata-se da necessidade de se promover a integração do mundo lusofônico, o que não se fará sem a formação de uma "consciência da lusofonia".

E a lusofonia é o tema de dois artigos centrais nesta coletânea: o meu próprio, que discute vários aspectos da questão, propondo a integração e propugnando pela formação da referida consciência, e o da eminente lingüista portuguesa Maria Helena Mira Mateus, que centra essa mesma discussão na questão da língua — central também no meu artigo —, tratando da unidade na variação; a qual, sendo antes de tudo um fato a constatar, é também a fórmula válida da integração a ser buscada. Trata-se aí, portanto, de uma política da língua, cuja necessidade o artigo anteriormente citado também postula.

Outros dois artigos abordam, igualmente, a questão lingüística, a que não se resume à da lusofonia, mas que é obviamente, em relação a ela, central e básica. O de Bethania Mariani e Tânia de Souza detém-se num ponto já levantado em "A questão da lusofonia", que abre a coletânea: o da "língua brasileira", trazido à baila, como se sabe, na fase de afirmação nacional correspondente à independência política e ao romantismo literário brasileiros e retomada quando da "revolução" modernista dos Anos 20. De certa forma, esse artigo dialoga "dialeticamente" com posições enunciadas em "A questão da lusofonia" e, mesmo, com o espírito da proposta mencionada aqui no início. O fato de ainda se poder discutir a questão da "língua brasileira" — que, à luz dos estudos lingüísticos, especialmente, da

noção de "variante", poder-se-ia considerá-la superada — mostra como ela movimentava níveis aparentados ao ideológico e, até, ao político. Essa é, por certo, a origem de seu caráter nevrálgico. O outro artigo, de Celestino Sachet, parece comprovar isso, na medida em que mostra as reações conflitantes que um aspecto secundário da questão — o qual nada tem a ver com a genuína integração lusofônica, mas que talvez lhe venha fazendo as vezes — pode também ele despertar: a questão ortográfica. Tais visões e reações se configuram na sucessão de epígrafes de que o Autor fez preceder o seu artigo e que foram para cá deslocadas. Com efeito, citando luso-africanos ("Se nos entendemos mais depressa por falarmos o mesmo idioma, também nos insultamos mais rapidamente e com mais veemência porque o dominamos." — Jacinto Veloso, ministro moçambicano), brasileiros (A. A. Houaiss: "A unificação da ortografia não implica a uniformização do vocabulário da língua"), portugueses continentais ("O Acordo marca um dos atos culturais e políticos mais relevantes dos últimos anos e pode ser saudado como a consagração da lusofonia" — F. Cristovão, ex-Presidente do ICALP, atual Instituto Camões) e portugueses açorianos ("Os nossos netos dirão que o português veio do brasileiro" — um habitante dos Açores), o Autor mostra quão nevrálgica é essa questão, como *topos* onde se entrecruzam posições racionalmente justificáveis e razões ideológico-políticas.

Infelizmente, não se pôde obter por escrito a abordagem que desses temas fez o mestre Antônio Houaiss, figura de proa sempre que se tratar do assunto em causa, por ocasião de um dos eventos acima citados.

O outro bloco de contribuições de vários autores a esta coletânea mantém uma relação de coerência com o primeiro. Não só porque a presença desses artigos tem aqui o mesmo sentido dos outros — promover o conhecimento mútuo dos vários "segmentos" da lusofonia —, mas, também, porque tratam de literatura; e seria supérfluo afirmar a solidariedade entre essa e a língua. Além disso, deles, dois se referem a um território de Portugal não-continental, os Açores, que, certamente, por suas particularidades, pode ser considerado uma subvariante dentro da variante cultural, lingüística e literária nacional portuguesa. Um desses dois artigos — o de Valesca de Assis — trata de aspectos biográficos de um dos nomes mais importantes da história literária portuguesa e, mesmo, das literaturas em língua portuguesa: Antero de Quental, originário desse arquipélago, do qual nunca se desligou. O outro, de autoria do escritor Luiz Antonio de Assis Brasil — que já se tornou um especialista na matéria — versa sobre a literatura dos Açores após 1974, data histórica, tanto para Portugal, quanto para suas então colônias (embora de outra forma denominadas).

Quanto à análise que faz Henrique Ávila, também no âmbito da literatura contemporânea, apresenta a particularidade de, ao abordar obra de escritora pouco conhecida no Brasil, relacionar-se à questão da expansão lusitana, a que se deve originariamente a da língua portuguesa. Assim, com

esse artigo, entram nessa coletânea, ao mesmo tempo, a expressão feminina — que, na produção literária contemporânea de Portugal, representa um dos setores mais expressivos — e a reflexão sobre resultados históricos do "império" que deu seu último suspiro, precisamente, no marco cronológico-político escolhido por Assis Brasil para sua abordagem da Literatura de Portugal insular; marco esse extrínseco, relativamente ao literário, mas que teve sobre a literatura de que se trata aqui repercussões decisivas.

Nesse mesmo "bloco literário", são abordados outros dois autores a serem também indispensavelmente citados, em se tratando de literaturas em língua portuguesa: Eça de Queiroz e Fernando Pessoa. Ambos mantêm com a língua uma relação estreita, para além do simples fato de terem escrito em português: Eça, na sucessão de Camões e antes do grande Aquilino Ribeiro (infelizmente, quase desconhecido no Brasil), proporcionando-lhe um de seus momentos mais esplêndidos, malgrado as acusações de "francesismo"; Pessoa, não só logrando o mesmo na poesia — com maior fidelidade à idiossincrasia castiça, segundo estudiosos —, mas, também, deixando-nos a afirmação que poderia ser uma espécie de lema da proposta de integração lusofônica, ou seja, a de que sua pátria era a língua. O primeiro é estudado através de uma de suas obras por Ana Marisa Filipouski, na perspectiva teórico-metodológica que é a sua e em que se atribui particular importância ao leitor e às leituras. O segundo, revisto por Marino Klausberger através de uma explicação de texto, intervém com uma verdadeira proposta de teoria poética na síntese de um de seus mais conhecidos poemas.

Partindo-se aqui de um pressuposto: a indissociabilidade de língua, cultura e literatura, e considerada a segunda como englobante, encerra esta coletânea um panorama sintético da cultura portuguesa — no caso, a contemporânea — cujo autor é António Braz Teixeira, que foi o enviado do Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (atual Instituto Camões) a um dos eventos referidos acima. O então Diretor da Rádio Televisão Portuguesa enuncia uma hipótese interessante, segundo a qual a cultura (no sentido restrito) portuguesa estaria hoje vivendo uma fase neo-romântica.

No momento em que este número se fecha — abrindo-se, com isso, esperemos, um amplo debate sobre a questão central aqui trazida —, informa a imprensa que terá lugar em Lisboa, no próximo mês, uma reunião do Forum da Lusofonia, criado no ano passado; reunião que, com a contribuição de mais de mil e quinhentas pessoas de diversos países, discutirá "a cooperação sócio-cultural e econômica, a solidariedade social" dos países de língua portuguesa e a integração dos núcleos lusofônicos sem base nacional. (Sem dúvida, a Galícia estará presente, reivindicando sua inclusão no bloco da lusofonia).

Assim, pode-se constatar que a orientação impressa pelo Subsetor de Literaturas Portuguesa e Luso-Africanas a suas atividades acadêmicas há já algum tempo inseria-se no curso das tendências históricas.

Resta agradecer aos colaboradores deste número, à Direção desta revista, que acolheu a idéia de organizá-lo, e à sua Secretária, por seu interesse e sua competência.

Porto Alegre, outubro de 1994
Maria Luiza de Carvalho Armando
Organizadora